



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Liciane Andrioli	Movimento dos Atingidos por Barragens	MAB	Coletivo de Educação
COAUTOR 2			
Cristiane Nadalleti	Movimento dos Atingidos por Barragens	MAB	Coordenadora do curso "Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo", promovido com a parceria MAB/IPPUR
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O MAB vem aproximando-se de atores sociais na disputa da luta de classes, dentro de um Estado Ampliado brasileiro; a aproximação com diversas universidades e grupos de pesquisa vem sendo realizada ao longo de seus mais de vinte anos de existência e resistência. Em muitos processos de formação, o referencial teórico-metodológico marxista vem contribuindo para uma compreensão do processo histórico vivido por atingidos por barragens. Os coletivos de Educação e Comunicação do MAB vem construindo diferentes práticas educativas unitárias, que buscam qualificar a formação política dos militantes do MAB, promovendo-se uma qualificação teórico-prática no campo da compreensão crítica da realidade que envolve o atual modelo de produção energética do país, de modo a buscar desvelar as contradições presentes na sociedade capitalista e que implicam direta e indiretamente na vida de diversos grupos sociais que se identificam como atingidos e ameaçados por barragens. À medida que se aprofunda a compreensão sobre o processo histórico e social decorrente do modelo energético hegemônico adotado pela classe dominante capitalista, os militantes assumem o protagonismo e envolvem-se em diferentes ações junto aos Grupos de Base do MAB, localizados nas diferentes comunidades atingidas. A luta dos atingidos por barragens vem se qualificando ao longo de seus mais de 20 anos de trajetória, na medida em que a desigualdade social traduzida na violação de direitos sociais é problematizada e enfrentada coletivamente. No atual estágio, podemos ressaltar que a proposição da disputa por um outro modelo energético e popular, defendida pelo MAB, encontra apoio no pensamento histórico-dialético marxista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimento dos atingidos por barragens, luta de classes e movimentos populares, modelo energético popular			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

Introdução

“Um povo que não conhece a sua história é um povo sem memória”

Orgulhamo-nos de ser um movimento de muitas lutas e vitórias, de termos contribuído para processos de democratização, de termos defendido permanentemente o direito dos atingidos por barragens, de lutarmos sempre contra o modelo de exploração capitalista e para a construção de um modelo energético que atenda aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por que nos organizamos? A participação desorganizada na sociedade geralmente faz com que o povo seja utilizado como “massa de manobra” e o resultado desta participação geralmente não é bom para o povo. Se a população deseja impedir a construção de uma barragem, se deseja lutar por seus direitos e pela construção de um novo projeto energético, que pressupõe um novo modelo de sociedade, tem que se organizar. A organização do MAB serve para reunir (juntar os oprimidos), para esclarecer (clarear a mente), para despertar (alertar as pessoas) e para, através da nossa força coletiva, lutar pelo que queremos.

Quem participa do MAB? Participam dos Grupos de Base todas as famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens. Na prática, isso significa organizar todos aqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar. Participam dos grupos, não só as famílias que possuem terras nas comunidades, mas também aquelas que, de alguma forma, dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros. Com o passar do tempo fomos compreendendo que a temática da energia não afeta somente as comunidades camponesas, mas também os trabalhadores e trabalhadoras das cidades. Em muitos casos, eles são atingidos pelos projetos de construção de hidrelétricas, porém de maneira geral, todos somos atingidos por este modelo energético, afinal, pagamos a quinta maior tarifa de energia do mundo.

Como nos Organizamos? Todas as famílias do MAB, em cada região, estão organizadas nos grupos de base, que é o que dá força e vida ao movimento. Além dos grupos, existem as coordenações a nível local, estadual e nacional. O que é Grupo de Base? O Grupo de Base é a parte essencial do Movimento; é seu alicerce, sua força e o seu povo organizado. É a porta de entrada que acolhe e escolhe as pessoas que querem lutar por seus direitos. O Grupo de Base reúne as famílias de uma determinada comunidade ou bairro, que já se comprometeram com o Movimento. Uma comunidade ou bairro, quando muito grandes, podem ter vários Grupos de Base.

O MAB é um Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de

instrução. Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida.

1. O contexto histórico

“A história da humanidade sempre foi a história da luta de classes.” (Marx e Engels)

A história da luta dos trabalhadores para se libertarem da exploração imposta pelos capitalistas (donos dos meios de produção) deixa evidente os interesses antagônicos entre ricos e pobres. De um lado, os capitalistas querem acumular riquezas e, de outro, os trabalhadores querem socializar os frutos do trabalho realizado. Como é possível reconhecer no Manifesto Comunista (MARX & ENGELS, 1998), muitas batalhas foram realizadas e, ainda hoje, marcam nossa vida e nossa história. É com esta compreensão histórica, no interior da luta de classes antagônicas, que compreendemos a história de luta dos atingidos por barragens em nosso país.

Conhecer a história do MAB é indispensável e fundamental para compreendermos a nossa história a partir de uma lógica, isto é, de um raciocínio que nos permite compreender os diferentes momentos históricos que fomos vivenciando, a condição de nossa existência e suas relações com o contexto geral da sociedade. É compreender o movimento como um sujeito, que não apenas vive, mas que, sobretudo ajuda a fazer a história da luta de classes neste país.

Somos herdeiros de lutas históricas dos oprimidos pela sociedade de classes, como a luta dos indígenas e dos negros rebelados, dos caboclos no Contestado, das Ligas Camponesas, dos que lutaram contra a ditadura e de tantas outras lutas nacionais e internacionais que nos ensinam e nos animam. Somos, e seremos sempre, trabalhadores de profissão e lutadores por convicção.

A luta dos atingidos por barragens é construída no Brasil da segunda metade do século XX. Naquele contexto, o governo brasileiro responde e corresponde à expansão do capitalismo na produção de energia elétrica de modo a criar um modelo que contribuísse para superar sua crise energética, como a do petróleo nos anos de 1960 e 1970, e passando a garantir o processo de acumular mais riquezas. O capitalismo internacional interessa-se pelo potencial do Brasil, ao perceber em seu povo pobre e em sua natureza a possibilidade de buscar novas tecnologias, maiores taxas de exploração da mão-de-obra e ocupação de territórios que se constituam como novos mercados

O Brasil, com suas riquezas naturais, passa a ser visto como um local que poderia produzir mercadorias para satisfazer os mercados internacionais, além de atender um processo de aumento do consumo interno por bens duráveis. Duas riquezas naturais são decisivas – temos água para produzir energia elétrica e minérios para produzir carros, fogões, geladeiras, e outros eletrodomésticos que têm um grande potencial de consumo no mercado brasileiro. O olhar dos capitalistas daquele momento reconheceu no país, em sua natureza e em sua gente uma verdadeira potencia em favor de interesses capitalistas. No caso da indústria da matriz energética, o acesso à energia elétrica tornaria possível a produção e o consumo de geladeira, rádio, TV... Isto sem falar no cimento, máquinas e equipamentos para fazer as barragens.

O período foi marcado por uma grave crise energética em escala mundial, com a primeira grande crise do petróleo. Isso fez com que os países centrais fossem em busca de novas formas de gerar energia já pensando em como substituir a falta de petróleo. Com isso, os países com potencial em outras fontes começaram a ser alvo de estudos e implementação de formas “renováveis” de geração de energia. No Brasil, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Como nosso país é rico em água doce, rios com grande volume de água e quedas suficientes para gerar energia elétrica, a conclusão do estudo foi um mapeamento detalhado de onde se poderia construir as usinas hidrelétricas.

Grandes empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc) estavam se instalando no país e exigiam as condições de infra-estrutura, nesse caso em especial, energia elétrica. Com isso, o Estado brasileiro foi o grande financiador da construção das hidrelétricas. Ainda dentro desta lógica criam-se todas as condições para a indústria da energia no país. Os governos organizam as suas empresas – Eletrobrás, Eletronorte, Furnas, Celg, Cemig, Cesp, Coelce e muitas outras. Os grandes projetos hidrelétricos foram partes deste modelo de desenvolvimento. Grandes usinas começaram a ser construídas em todo o país. A energia gerada deveria sustentar a urbanização e a industrialização acelerada, que alimentava o sonho propagandeado de fazer do Brasil uma grande potência. Iniciam-se os planos de 10, 15, 25 anos para as grandes obras de energia. Disto se faz Sobradinho, Itaipu, Balbina, e se planejam mais de 400 grandes barragens.

Para garantir a implantação dos planos, a partir de 1964 volta ao centro do poder a ditadura, agora dirigida pelos militares. De 1964 até 1985 o Brasil viveu o período da ditadura militar, era um momento onde a luta popular estava sendo abafada por todas as forças reacionárias que, com medo da organização da classe trabalhadora, utilizava a repressão para evitar qualquer possibilidade dos trabalhadores “virarem o jogo”.

Mesmo neste período, houveram muitos militantes que continuaram a fazer o trabalho junto ao povo. Por estes motivos muitos foram torturados, assassinados ou tiveram que fugir do país.

Apesar de toda repressão, o trabalho de formação política, que era feito na clandestinidade garantiu as condições para que a classe trabalhadora reascendesse e isto provocou a corrosão do regime militar. Este contexto de lutas e pressão criou espaço ao surgimento de várias organizações populares, como o MST, CPT, orientada pela teologia da libertação, CUT e a organização de inúmeros sindicatos, entre outros. É neste período que o Partido dos Trabalhadores, naquela época se propondo a agregar as diferentes lutas que haviam no país em um estratégia política. É também neste momento que surge a luta dos atingidos por barragens.

Em plena ditadura militar, houveram lutas do povo em Sobradinho no Nordeste do Brasil. Em Itaipu, no Paraná, os atingidos formaram um movimento chamado “Justiça e Terra”, fizeram passeatas, acampamentos enfrentando o exército, os fuzis e baionetas. A contestação às obras e à lógica de exploração e expulsão dos camponeses de suas terras se faz ouvir de norte a sul do país desde aquele período.

2. Nossa história

As lutas protagonizadas pelos atingidos por barragens foram se construindo de forma diversa, de acordo com a experiência e com as condições de cada local. Na barragem de Itaparica (BA e PE), quem organizava a luta eram os sindicatos organizados no Pólo Sindical. Na Bacia do Rio Uruguai (RS e SC), a organização era feita pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens. Em Tucuruí (Pará), foi criada a Comissão dos Expropriados e mais tarde a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí (CAHTU).

Se, por um lado havia um sofisticado estudo dos capitalistas instalados no Brasil sobre o potencial energético, como fazer o aproveitamento da energia e o iniciou a construção de grandes usinas em várias regiões do país, por outro lado, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras.

Foi a partir da troca e do acúmulo de experiência das diversas lutas existentes pelos atingidos por barragens, bem como do incentivo a criação de novas organizações em diversos locais do país e do apoio de entidades como a CUT (através do seu departamento rural), da CPT, do CEDI, da Comissão Pró-índio (São Paulo) e do CEPIS que se organizou, em 1988, o Primeiro Encontro Nacional. Nessa ocasião se escolheu uma Comissão Nacional Provisória de Atingidos por Barragens, encarregada de organizar o Congresso de Fundação do MAB, ocorrido em 1991. É importante destacar que neste período se vivia no Brasil um intenso processo de lutas urbanas e rurais que fortaleciam os movimentos populares e os partidos de esquerda em especial o PT. A

principal lógica, organizativa e política, era a luta da Renovação Sindical, da criação de Novos Movimentos e a luta eleitoral.

2.1. A criação das comissões regionais de atingidos

O MAB surge como um movimento sindical, isto é, lutava e luta pelos direitos das populações atingidas pela construção de barragens, porém se diferenciou dos sindicatos por três motivos determinantes, o primeiro é que fazia lutas de massa (com muita gente). O segundo motivo pelo qual se diferenciou foi a ocupação e organização do território, não ficava restrito a um município, mas trabalhava com toda a região que era atingida por uma usina. E o terceiro é que fazia formação política com suas lideranças e militantes.

O clima de insatisfação das famílias contribuiu para que surgissem vários focos de resistência onde as obras estavam sendo construídas. Os principais locais da fase inicial de luta foram: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul, Sobradinho e Itaparica no nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho também na região sul. Nessas regiões os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu). Nossa palavra de ordem era *“Indenização Justa”*. Ou seja, o objetivo da luta era sermos ressarcidos pelas perdas a que estávamos sujeitos, com a construção das usinas hidrelétricas. Mesmo assim, esta diferenciação se dava na forma mas não no conteúdo, por que nossos objetivos eram os mesmos, a conquista dos direitos.

Em um momento adiante, as famílias avançaram no debate da indenização no sentido de que tinham o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra e as condições para continuarmos a desenvolver nosso trabalho. Com o aprendizado a partir de outras experiências da classe trabalhadora, conseguimos dar um salto em nossa consciência política, continuamos a fazer a luta por direitos, mas agora com outro direcionamento político, nossa consigna passou a ser *“Terra por Terra”*. Esse processo de organização em nível regional conseguiu desencadear lutas, bem como obteve conquistas importantes para os atingidos, como foi o caso dos atingidos pela UHE Itá quando, em 1987, as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Esse acordo mencionou características sobre quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas e o documento tornou-se uma referência, até hoje, para a luta por reassentamentos nas várias regiões

onde os atingidos estão organizados. As conquistas foram acontecendo através de muita luta e organização. Houve enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras das obras para que os direitos fossem cumpridos. Mesmo assim, a forma de indenização dos atingidos foi bastante diversificada, de acordo com a força das lutas que se conseguiu travar em cada local.

No período que se segue, nossa luta contra o modelo capitalista fica ainda mais evidenciada: além de questionar o setor elétrico, passamos a questionar também o modelo de sociedade capitalista e passamos a afirmar: “*Terra Sim, Barragem Não*”. É neste período que conquistamos reassentamentos, com condições de vida dignas para todas as famílias organizadas no MAB.

No final da década de 1980, os trabalhadores que estavam em um período de ascenso de luta e de organização; porém enfrentam a reordenação do capitalismo mundial com a adoção de políticas neoliberais e sofrem um novo golpe, não mais através de violência militar, mas de medidas que progressivamente retiram direitos coletivos conquistados historicamente. Associado a isto ocorre uma simbólica derrota ao socialismo, com a queda do muro de Berlim (1989). Nesse período, quase todos os países que constituíam o bloco socialista passam a integrar o sistema capitalista, com exceção de Cuba. A classe trabalhadora ficou desorientada, sem horizontes claros para evolução de sua luta. A política neoliberal se demonstrou tão ou até mais violenta que a ditadura, sem utilizar violência física, e sim uma série de medidas que afetariam a população mundial em seus aspectos sociais, econômicos, ambientais, etc. Para a classe trabalhadora, o pior golpe relaciona-se à fragilidade das forças de esquerda, como sindicatos e partidos políticos, que passaram a sofrer influência direta destas ações e entram em um período de desestruturação, refluxo e degradação.

Neste contexto, as organizações populares sofrem grande influência: são poucos os movimentos sociais que conseguem se manter firmes nos princípios socialistas. O MAB também passou a ser influenciado por este momento histórico, passamos a viver as contradições de uma crise ideológica. É neste contexto que nossas palavras de ordem passam a ser “*Águas para vida, não para morte*”. Trazia todo um significado em relação a defesa do meio ambiente e a forma como a natureza é utilizada para enriquecimento de alguns poucos em detrimento da maioria. Com o decorrer do movimento histórico, fomos colocados em uma nova encruzilhada, era momento de definir nosso destino. Duas posições poderiam ser tomadas: ou nos tornávamos um forte movimento de caráter político e nacional, ou nos limitávamos a fazer a luta reivindicatória e regionalizada.

Naquele momento, nossa opção foi dar continuidade à luta da classe trabalhadora, decidimos ser um movimento que luta pelos direitos dos atingidos, de massa, que busca aglutinar o máximo de pessoas para a luta e político e que disputam poder para a construção da sociedade socialista. É importante deixar muito claro que todo este processo de elaboração e definição política se deu através da formação política ideológica da militância e de muita luta popular. Hoje o MAB se coloca

como uma força social, com princípios, valores socialistas, fundamentados da ciência marxista, que se propõe a ajudar na condução da revolução socialista no Brasil.

Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional

As experiências de luta local foram extremamente importantes e desencadearam em um processo de articulação. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Foi um momento em que se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Aos poucos essa organização foi se constituindo como uma importante ferramenta de luta dos atingidos, com caráter nacional e ganhando mais poder de disputa. Esta experiência foi importante para impulsionar as organizações de atingidos em outros locais.

Dois anos depois, foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil - em março de 1991- onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. Os Congressos Nacionais do MAB passaram a ser realizados periodicamente, sempre reunindo representantes de todas as regiões organizadas.

O dia 14 de Março foi instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país. A luta contra as barragens se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético e nossa palavra de ordem passou a ser TERRA SIM, BARRAGEM NÃO! A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens.

Em novembro de 1999 o MAB realizou seu IV Congresso Nacional, em Minas Gerais, onde foi reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e por um Projeto Popular para o Brasil que incluía um novo modelo energético. Foi reafirmado o método de organização de base do MAB, através dos grupos de base, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista.

A onda de privatizações e a organização internacional dos atingidos

Na década de 1990, o Brasil passou por um intenso processo de avanço do neoliberalismo. O Plano Nacional de Desestatização (PND) colocou na ordem do dia a entrega do patrimônio

público, construído durante muitos anos com recursos do povo brasileiro, ao capital internacional. A energia elétrica, bem estratégico para o desenvolvimento do país, também foi privatizada. Várias hidrelétricas e todo o Sistema Interligado Nacional construídos até o momento foram entregues para as transnacionais. Com isso as lutas, que já eram acirradas com empresas estatais, passaram a ser muito mais difíceis: os funcionários presentes nas localidades com barragens em construção não respondiam pela obra, remetendo a sedes estrangeiras o centro das decisões. Grandes empresas do setor energético, mineradoras, papelarias, grandes bancos passaram a ser donos das barragens e não mais as empresas estatais. Isso colocou em outro nível a luta dos atingidos. A nossa luta foi construindo vários legados, o exemplo contribuiu na organização de atingidos em outras partes do mundo.

Com o apoio de diversas entidades realizamos em março de 1997 o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba (PR). O Encontro Internacional contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar as suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as políticas energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 foi criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Novas perspectivas na virada do século: mais luta popular

Em 2002, surgiu um novo elemento no cenário nacional com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. De certa forma isso trouxe um ânimo para as lutas populares, pois era a esperança de construir um projeto mais progressista que levasse em conta as necessidades do povo.

Em junho de 2003, aconteceu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília, no qual se reafirmou a luta popular como o único instrumento capaz de

obter conquistas concretas para o povo. No ano seguinte, o MAB realizou uma marcha histórica com cerca de 600 militantes. Foi a Marcha Nacional Águas pela Vida, percorrida de Goiânia à Brasília, para exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos.

Com o avanço do capital privado, a energia passou a ser uma mercadoria como tantas outras, possível de ser comprada e vendida pelo preço que interessasse aos capitalistas. A natureza se tornou mercadoria a ser explorada para gerar lucros. Os atingidos foram percebendo que a luta pelos direitos só se concretiza ao ser feita com o questionamento à construção das hidrelétricas e ao modelo energético de forma geral. As empresas privadas, além de construírem as hidrelétricas com único interesse em gerar lucro, também criminalizam todos que questionam o modelo e lutam por seus direitos.

Nesses anos de luta, os atingidos têm sofrido muitas violações de direitos humanos. Por isso, nossa luta tem sido em defesa dos direitos humanos e também a denúncia sobre as violações sofridas. Em 2005 veio ao Brasil a então relatora da ONU para Direitos Humanos, HinaJilani, que visitou um acampamento de atingidos na barragem de Campos Novos (SC). A relatora constatou a violação dos direitos e recomendou mais ação contra as empresas. Naquele momento havia somente na bacia do rio Uruguai 107 atingidos por barragens processados por defenderem seus direitos. Dali em diante, ainda muitos atingidos foram criminalizados e até presos em várias regiões do país.

Em março de 2006, aconteceu o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR. No encontro estavam presentes 1200 atingidos de todo Brasil que reafirmaram o caráter nacional do MAB, a importância das especificidades regionais e o caráter popular, sindical e político do Movimento. Reunidos em Curitiba¹, estado do Paraná, Brasil, nos dias 13 a 17 de março de 2006, avaliando nossa história e o momento que vivemos, reafirmamos que: Água e energia não são mercadorias. Água e energia é patrimônio do povo e deve estar sob o controle popular.

É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirvam aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro. A luta é contra toda privatização da água e da energia (e reaver o já privatizado nos tempos neoliberais) e se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos. Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.

No encontro foi reforçado o caráter da luta contra o atual modelo energético. E nossa principal palavra de ordem tornou-se **ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!** Compreendemos que a água e a energia são bens essenciais para a vida das pessoas e para a

¹Estiveram presentes 1.200 pessoas, de 15 estados (BA, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PR, RO, RS, SE, SC, SP, TO) com a maioria de jovens e 4 delegações latino-americanas (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Venezuela), além de outros movimentos, entidades, autoridades, estudantes e personalidades apoiadoras.

sociedade, e por isso devem ser bens públicos sob o controle popular, para garantir acesso à luz e à água com qualidade. Temos refletido e debatido que água e energia não podem ser privatizadas, permanecendo nas mãos de multinacionais, que tem como único interesse aumentar seus lucros.

A luta em defesa dos direitos dos atingidos só aumentou com a compreensão da sua importância e necessidade. Conseguimos ter mais aliados, mais organizações amigas e também mais espaços para contribuirmos na organização da classe trabalhadora. Neste último período temos intensificado as articulações internacionais para ajudar na organização dos atingidos em outros países, principalmente na América Latina, os quais sofrem as mesmas violações de direitos.

Em 2009 durante o lançamento do Plano Safra daquele ano, e posteriormente em falas e audiência com o MAB, o então presidente Lula reconheceu que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens. Falou também que não terminaria seu mandato sem resolver esses problemas. No entanto sabemos que os problemas não foram resolvidos e por isso os atingidos continuam organizados.

Em 2011, a Comissão Especial do Conselho dos Direitos da Pessoa humana aprovou o relatório da Comissão Especial que analisou, durante quatro anos, as condições de vida dos atingidos e atingidas de várias regiões do país. De acordo com o Relatório (2011),

“estudos de caso que permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (citar fonte).

A comissão identificou, nos casos analisados, um conjunto de dezesseis direitos humanossistematicamente violados:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;

10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

Convém ressaltar que até os dias atuais o Estado brasileiro não tem nenhuma política de tratamento para as populações atingidas por barragens. A única lei que menciona o direito de indenização é de 1941.

Um problema histórico contra a classe trabalhadora, que perpassou anos na história do MAB e que mais recentemente tem se intensificado, é o debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens. Esse tema foi tomando corpo dentro da organização e em abril de 2011 foi realizado em Brasília o primeiro Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens. O encontro contou com a presença de 500 mulheres, que debateram a situação de violência, as lutas que travam e saíram mais fortalecidas para se engajarem na organização.

Considerações finais

A partir da análise da realidade e os objetivos que queremos construir é que o MAB, em seus últimos encontros nacionais, define sua estratégia para continuidade durante os próximos períodos. A estratégia se divide em dois pontos: o primeiro é a mensagem que queremos transmitir para a sociedade e o segundo é o plano de construção nacional do MAB, na lógica de que isto esteja a serviço de acumular forças para a construção do Socialismo.

Constatamos que só a luta pelos direitos dos atingidos ou contra as barragens, limitadas as comunidades ou regiões atingidas, não conseguiria lograr nossos objetivos de luta pela transformação social e a própria luta pelos direitos está ameaçada pela força dos nossos inimigos de classe que dominam a política energética. Decidimos que nossa mensagem para a sociedade mantém a firme luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos e ampliam-se nas lutas contra as altas tarifas de energia, contra a privatização do setor energético e contra a exportação de produtos de alta densidade energética para fins de acumulação capitalista. Com estes e outros pontos, colocamos-nos em luta por um novo modelo energético e um novo modelo de sociedade para o Brasil.

Com relação ao Plano de Construção Nacional, a principal constatação é que nossos inimigos fazem tudo para que nossas lutas permaneçam restritas às regiões ameaçadas pelos lagos e isoladas umas das outras. Reafirmamos que a resposta que temos que dar é a maior unidade possível para nossas lutas e reivindicações dos trabalhadores, demonstrando que o fato de construir uma barragem em um rio seja onde for, está intimamente ligada à lógica nacional e internacional de exploração capitalista.

Para construir esta unidade temos muitas tarefas para cumprir:

- A construção de um modelo orgânico com grupos de base, coordenações e direção;
- A formação de muitos militantes;
- A comunicação popular;
- A luta pelos direitos humanos;
- A construção da autonomia financeira;
- Alianças e articulação política – nacional e internacional;
- A organização da produção;
- E a permanente avaliação de conjuntura e orientação para todo o movimento.

Recentemente, em setembro de 2013, realizamos nosso Encontro Nacional, que teve como lema “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”. Reunindo três mil atingidos e atingidas de dezoito estados brasileiros, e dezoito países convidados, reafirmamos nossa disposição em lutar por um novo modelo energético que esteja voltado aos reais interesses da sociedade. Reafirmamos também nossa disposição de luta por uma sociedade socialista, fundamentada em novos homens e novas mulheres que se constroem coletivamente desde hoje.

Atualmente o MAB está organizado em dezesseis estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA e RO). Para cumprir as definições coletivas, assumidas em Congressos e Encontros do MAB, é que os militantes são chamados a trabalhar, sair de casa ou até de sua região, demonstrando com seu exemplo o profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida. Seguimos erguendo bandeiras contra as injustiças, pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo, e por um projeto popular para o Brasil.

Água e energia não são mercadorias!

Água e energia são para soberania!

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich . Manifesto Comunista. Tradução de Alvaro Pina, São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. Karl Marx, fevereiro de 1845, *disponível em* http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_13.pdf